

Política nacional de justiça restaurativa no âmbito do poder judiciário

Luciméli Nogueira do Amaral*

Este resumo simples, tem como objetivo realizar um estudo sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, onde cabe entender a Justiça Restaurativa como novo método e técnica para resolução de conflitos e violências no âmbito Judiciário sem basear-se na punição. A Justiça Tradicional visa punir o infrator pelo ato criminoso, promovendo a culpabilização do indivíduo, sem levar em consideração sua história e a escuta da vítima pelos danos causados, este modelo de justiça está focada na lei que foi violada. Já a Justiça Restaurativa vai estar centrada na vítima, nos fatores emocionais, na escuta e no diálogo entre a vítima, infrator e comunidade, por meio voluntário, promovendo a responsabilização do infrator e a conscientização do mal causado, e reparação dos danos a vítima, fortalecendo as relações sociais na sociedade. Diante da demanda de situações de conflitos e respostas não efetivas aos casos, o Poder Judiciário abre espaço para a Justiça Restaurativa na reformulação das ações e práticas, onde é assegurado por esta Política, uma democracia participativa da sociedade, envolvendo a vítima, o infrator e a comunidade, para que juntos solucionem o conflito, por meio do diálogo, de forma humanizado. A Justiça Restaurativa vêm para implementar ações do Poder Judiciário e não para substituí-lo, havendo várias áreas abrangentes que a Justiça Restaurativa passa a intervir, fora do Poder Judiciário. A Política Nacional de Justiça

* Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Unilag, em 2014; Especialista em Política de Assistência Social - SUAS pela UNINTER, em 2017; Acadêmica do curso de pós-graduação Gestão de Conflitos pelo Centro Universitário Campo Real e do Grupo de Estudos Justiça Restaurativa.

Restaurativa está disposta na Resolução 225 de 31 de Maio de 2016 do Conselho Nacional de Justiça que apresenta um conjunto de princípios, métodos e técnicas a ser seguido perante a conscientização e fortalecimentos das relações sociais.

Palavras-chave: Política Nacional. Justiça Restaurativa. Poder Judiciário.